



WCM

World Citizen Magazine



Universidade
Católica de Brasília

Curso de Relações Internacionais - Ri UCB

O uso do paradigma logístico no entendimento do processo de internacionalização no Brasil

Creomar Lima Carvalho de Souza¹

Jéssica Alencar Dias²

RESUMO: O Objetivo deste artigo é abrir discussão acerca da aplicabilidade do Paradigma do Estado Logístico, proposto pelo professor Amado Luiz Cervo, ao processo de internacionalização de empresas brasileiras. A partir da reflexão conceitual, correlacionam-se dois elementos: o conceitual e as políticas econômicas brasileiras recentes, a fim de se entender em que contexto se dá a inserção internacional de empresas no Brasil. O marco temporário remonta ao período que compreende o governo Lula (2003 – 2010), contudo, é feita regressão histórica para possibilitar a contextualização da problemática proposta. Para respaldar a análise, são expostos os desdobramentos da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), destacando a relevância do Comércio Internacional enquanto ator precípua para o desenvolvimento econômico doméstico. O cerne da discussão abrange as premissas do Estado Logístico de que o desenvolvimento nacional se dá por meio da coordenação entre governo e sociedade civil, e o Estado deve buscar uma inserção internacional competitiva. Conclui-se que a correlação entre o Paradigma do Estado Logístico e o processo de Internacionalização se dá na medida em que este último foi utilizado, entre os anos de 2003 e 2010, como instrumento acessório do desenvolvimento nacional.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss about the applicability of the Logistic State Paradigm, proposed by Professor Amado Luiz Cervo, to the process of internationalization of Brazilian companies. From conceptual reflection, theory and recent Brazilian economic policies are correlated in order to understand the context of the international insertion of Brazilian companies. To support the analysis, is mentioned the Industrial Policy of Technology and Foreign Trade and the Policy of Productive Development, highlighting the importance of international trade as a relevant actor for domestic development. The discussion is based on two premises of Logistic State Paradigm: national development is the result of the coordination between government and civil society, and the state must seek a competitive international insertion. The correlation between the Logistic State and Internationalization Process is the following: both seek the increase of national competitiveness through the international insertion of the Brazilian economy.

¹ Assessor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, onde também é professor. É bacharel em História, pela União Pioneira de Integração Social (UPIS). Especialista em Política Externa dos Estados Unidos pelo Departamento de Ciência Política da University of Florida, com bolsa do Departamento de Estado norteamericano. Mestre em Reações Internacionais pela Universidade de Brasília.

² Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Estagiária da Divisão de Assuntos Comerciais do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores.

1. Introdução

1.1. Do objetivo do artigo

O objetivo deste artigo é discutir a aplicabilidade conceitual do Paradigma do Estado Logístico, proposto pelo professor Amado Luiz Cervo, ao processo de internacionalização de empresas brasileiras. Tem-se, portanto, a intenção de analisar a possível correlação entre o arranjo conceitual e teórico proposto e as políticas econômicas brasileiras de estímulo a internacionalização aplicadas recentemente. Essa tarefa tem o objetivo de entender o contexto em que se dá a inserção internacional de empresas do Brasil em um marco temporal definido.

Para tanto, inicialmente faz-se necessário definir um conceito chave para o estudo: Internacionalização de empresas. Para este trabalho tal termo significa a “gradual aquisição, integração e uso de conhecimento sobre mercados e operações externas e o incremento sucessivo do comprometimento aos mercados estrangeiros” (JOHANSON E VAHLNE, 1977). Em resumo, esse processo refere-se ao relacionamento da unidade empresarial com o mercado externo. Tal ação é incrementada na medida em que a empresa aumenta o seu *Know How*³ acerca do funcionamento do novo ambiente no qual está inserida e, por consequência, vincula-se progressivamente a este⁴.

A partir da conceituação anteriormente exposta, assume-se complementarmente o processo de internacionalização empresarial no Brasil como mecanismo acessório de fortalecimento econômico. Em perspectiva abrangente, o processo trás para o país benefícios como a consolidação da imagem do Brasil no exterior e o aumento da arrecadação de tributos, conforme estudo da Fundação Dom Cabral (2012).

Especificamente para o setor industrial, as vantagens se encerram, precipuamente, na capacidade que tem a internacionalização de aumentar o poder competitivo das unidades empresariais que o compõem. De acordo com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (SOBBET) (2007), dentre os principais ganhos, pode-se enumerar: uma maior especialização do setor industrial a partir do acesso a novas tecnologias para a modernização de processos produtivos; o aumento da receita das empresas por meio da expansão de mercado consumidor; e a melhoria contínua da qualidade dos

³ O termo “Know How” designa o conhecimento acumulado a partir da experiência adquirida pela prática de determinada tarefa.

⁴ É preciso fazer referência, dentro da discussão conceitual sobre Internacionalização, a existência de empresas *Born Globals*. Diferentemente do que propõe Johanson e Vahlne (1977), tais empresas já nascem em ambiente internacional motivadas pela oportunidade da utilização de recursos e canais de distribuição em diversos países (McDougall & Oviatt, 1994). Tendo em conta que tal estratégia de internacionalização não espelha o contexto brasileiro, prevalecerá o conceito de Johanson e Vahlne (1977).

produtos e/ou serviços oferecidos que devem estar aptos a atender ao alto nível de exigência do mercado externo.

2. Reflexões conceituais: A Internacionalização e os Paradigmas de Cervo

De um ponto de vista embaçado em percepções menos ortodoxas da economia política internacional, a internacionalização de empresas pode ser observada como “uma reação defensiva para modificações negativas do ambiente econômico doméstico” (SOBEET, 2007, p. 20). A partir deste viés, por sua vez, é necessário fazer breve regressão histórica acerca dos contextos político e econômico do Brasil recente. Tal ação tem por finalidade compreender o processo de inserção internacional de empresas vivenciado no Brasil e sua possível correlação com o modelo explicativo - construído por Amado Luiz Cervo – denominado de: Paradigma do Estado Logístico.

No desenvolvimento do teste ao Paradigma Logístico, obrigatoriamente, serão perpassados outros conceitos construídos pelo autor em referência, tal como o Paradigma Normal, que é um esforço de entendimento das tendências políticas e econômicas que permearam a estratégia de inserção internacional brasileira nos anos 1990 (CERVO, 2008).

No desenvolvimento da discussão histórica sobre os instantes da inserção internacional do Brasil, faz-se necessário compreender que o movimento de integração de mercados a nível mundial efetivou-se de forma mais acelerada a partir dos anos 1980, representando uma das faces do fenômeno denominado globalização⁵. Este movimento possibilitou o aumento notório dos fluxos comerciais na medida em que no ocidente, a partir do Consenso de Washington⁶, economias em desenvolvimento aderiam à orientação econômica neoliberal como meio de superar a chamada Crise da Dívida que afligiu a América Latina (PEREIRA, 1991).

A percepção da necessidade de modernização dos aparatos econômicos nacionais fez com que as presidências de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso assumissem posições de remodelagem do Estado brasileiro materializadas na diminuição do

⁵ Este fenômeno se iniciou com o do aumento de fluxos de integração intercontinentais a partir dos séculos XV e XVI (BUENO, 2012), intensificando-se em consonância com a ampliação do comércio internacional e chegando à sua versão mais sólida e difundida nos anos atuais, por intermédio do avanço da tecnologia da informação.

⁶ Segundo Pereira (1991), diz respeito à abordagem compartilhada pelas economias desenvolvidas (principalmente países membros da OCDE) que caracteriza a origem da crise fiscal dos anos 1980 na América Latina e tece recomendações para a superação desta, baseadas na adesão às práticas de liberalização do comércio internacional e redução do tamanho do Estado.

papel do Estado na economia. A busca pelo desenvolvimento econômico deixa de estar diretamente vinculada ao papel empresário do Estado Nacional conforme visualizado pelo desenvolvimentismo⁷. Tal concepção poderia ser compreendida pela percepção de que as “forças de mercado” se encarregariam de promover, por si só, a modernização produtiva, o aumento da competitividade, bem como o acesso ao capital, tecnologia e conhecimento. (CANO; SILVA, 2010).

Contudo, o modelo econômico da década de 1990 mostrou-se ineficiente na tentativa de garantir o que propôs. Ao implementar a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), Fernando Collor iniciou processo de intensa exposição da indústria brasileira aos padrões de concorrência internacional a partir da redução progressiva de mecanismos de proteção tarifários e não tarifários. Como consequências, o enfraquecimento da indústria ocasionado pela combinação de sobrevalorização cambial e constrangimento do crédito; assim como a entrada desmedida de produtos importados, “prejudicando até mesmo setores em que o país dispunha de condições de competitividade” (CANO; SILVA, 2010, p. 4).

A orientação neoliberal efetivou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ações que buscaram atenuar os efeitos do malogrado modelo econômico vigente, como o protótipo de política industrial “Fórum de Competitividade”, os efeitos para a economia não foram os esperados. Aumentou-se a vulnerabilidade externa do país, fruto da “substituição da produção nacional por importações em decorrência da redução do Imposto de Importação, constrangimento do crédito e ausência de mecanismos de proteção frente à práticas desleais de comércio” (CANO; SILVA, 2010, p. 4); bem como o aumento de dependências financeira e tecnológica. (CERVO, 2008).

Se as ações de cunho modernizante geraram entraves à indústria nacional, as mesmas também garantiram a possibilidade de um efeito modernizador na economia internacional. Em outras palavras, o cenário de abertura comercial obrigou o empresariado nacional a modernizar seus processos, aumentando, assim, a produtividade sistêmica da economia (CERVO, 2008).

Outro resultado deste processo foi o despertar da sociedade civil para as questões pertinentes ao modelo de desenvolvimento (CERVO, 2008). Tal processo levou

⁷ Comum à década de 1930, o desenvolvimentismo configura-se como modelo econômico em que o Estado assume papel de promotor do desenvolvimento (PEREIRA, 1997). Por meio da implementação de políticas de cunho protecionista, como a substituição de importações, e foco no mercado interno, o desenvolvimentismo vigorou no Brasil até a década de 1980. Enquanto estratégia de inserção internacional brasileira, este modelo econômico é denominado por Cervo (2008) de Paradigma Desenvolvimentista.

obrigatoriamente a uma maior articulação dos interesses empresariais e o resultado mais visível de tal ação foi a formalização de um procedimento mais agudo de defesa de seus interesses. Esse movimento de reação à ingerência governamental resultou em uma percepção de esgotamento das soluções propostas via Paradigma Normal.

Tornada coletiva a percepção de exaustão do modelo de inserção internacional neoliberal, instaurou-se no Brasil, segundo Cervo, um novo Paradigma de Relações Internacionais: o Paradigma do Estado Logístico. Comum ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Paradigma do Logístico emerge a partir da noção de que um modelo de inserção internacional competitivo deve ser pautado pela complementaridade entre o mercado e o Estado. Por esta complementaridade entende-se que é mantida a perspectiva neoliberal de que o desenvolvimento se dá a partir da liberalização e da integração da cadeia produtiva doméstica ao plano internacional, porém, o Estado passa a exercer maior ingerência a fim de promover um crescimento sustentável, ou seja, mitigando distorções de cunho econômico e social (CERVO, 2008).

Os fatores que contribuem para sua implementação se dividem em dois grupos: o aporte externo, que abrange a mudança de percepção do papel do Brasil frente a questões de integração regional, e as condições sistêmicas do plano externo que favorecem a emergência do Brasil, que é levado à adaptação de sua estratégia de inserção internacional; e o aporte interno, em que se tem o alto grau de organização da sociedade brasileira evocando o nível avançado dos agentes sociais e empresariais em termos de competitividade, bem como o ambiente econômico estável (herança do modelo neoliberal) (CERVO, 2008).

Tratando-se especificamente da funcionalidade do Estado nesse Paradigma, este assume o papel de viabilizador do desenvolvimento por meio do repasse desta reponsabilidade à sociedade (CERVO, 2008). Cabe ao Estado, desta forma, oferecer suporte a empreendimentos privados por meio de políticas públicas e manutenção de um ambiente favorável, possibilitar condições para que a sociedade provenha o desenvolvimento interno e, conseqüentemente, garanta uma posição competitiva frente ao cenário internacional. (CERVO, 2008).

Dentre as principais premissas do Paradigma em questão, está o reforço do “núcleo econômico duro nacional, de modo a alça-lo em termos comparativos ao núcleo forte de nações avançadas e a abrir caminho a sua internacionalização” (CERVO, 2008, p. 86). Dessa forma, a correlação entre o Paradigma do Estado Logístico e o processo de Internacionalização se encerra no objetivo comum de promoção da competitividade nacional

no plano externo. Tal objetivo configura-se, de maneira similar, a função do processo de internacionalização e também um dos principais preceitos do Paradigma Logístico: o desenvolvimento nacional via integração da economia ao comércio internacional.

A fim de colocar em perspectiva ações práticas que reforcem a correlação Estado Logístico – Internacionalização de Empresas, é oportuno explicitar os planos de ação do governo Lula que respaldam a afirmação de que a inserção internacional de empresas encontrava-se no cerne da estratégia de desenvolvimento nacional do Paradigma Logístico.

3. Da relação entre os paradigmas e as políticas industriais (PITCE e PDP)

Nos dois mandatos do supracitado ex-presidente foram implementadas Políticas Industriais que aumentavam o poder de ingerência do Estado sobre o processo de desenvolvimento nacional, a saber: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e a Política de Desenvolvimento Produtivo. Tais ações são consideradas por este trabalho como resultado da pressão efetiva de uma parcela organizada da sociedade, bem como, uma resposta de novos grupos dirigentes a esta demanda e se aproveita de uma dinâmica econômica internacional particular que marca as relações econômicas internacionais na primeira década do século XXI.

No entendimento desta questão, tratando de maneira mais detalhada o último elemento exposto no parágrafo anterior, faz-se necessário considerar o potencial do mercado externo que passa a ser visto como uma alternativa para a expansão da produção industrial nacional. Neste panorama nasce a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (CANO; SILVA, 2010).

A PITCE tem sua origem derivada da coordenação entre entidades governamentais como a Câmara de Política Econômica, Fórum de Ministros (Fazenda, MDIC, MPOG, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência), Apex Brasil, BNDES e IPEA. Estas entidades integravam o Grupo Executivo da PITCE, cuja responsabilidade constituía em lançar diretrizes para o desenvolvimento industrial do Brasil no início do século XXI. As diretrizes desta política pública convergiram em dois programas principais: Indústria Forte e Inova Brasil. Em linhas gerais, eram planos de ação que visavam o fomento da estrutura produtiva da indústria nacional, bem como o aumento da capacidade de inovação de empresas e expansão das exportações (CANO; SILVA, 2010).

Sob a égide desta iniciativa, foi lançado em 2003 o Programa Brasil Exportador. Este abrangia as ações governamentais de financiamento, desoneração e reformulação da estrutura de apoio à expansão das exportações. O dinamismo do comércio internacional aliado aos resultados deste Programa, possibilitaram que as exportações brasileiras que em 2002 detinham *market share*⁸ de 0,96% frente às exportações mundiais, alcançassem 1,17 pontos percentuais de participação em 2005. Ainda, destaca-se a reestruturação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), que passou a ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (ABDI, 2010).

Por meio da PITCE foi também criado o Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX). Sob a coordenação da Apex-Brasil, este programa materializa o que propõe as teorias de Internacionalização quanto à capacidade do processo em prover o aumento de competitividade das empresas que o aderem. Com o objetivo final de incentivar as exportações por parte de Pequenas e Médias empresas, o PEIEX presta consultorias para o fomento da estrutura produtiva e práticas gerenciais para que estas alcancem grau de maturidade suficiente para entrarem no mercado externo.

Em relação à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), esta entrou em vigência no ano de 2008. O escopo desta política assemelha-se bastante ao da PITCE, contudo, se propõe a alcançar um maior número de setores produtivos levando em consideração a complexidade da estrutura industrial brasileira. Dentre as metas principais desta nova Política Industrial, estavam estabelecidos o aumento do *Market share* brasileiro frente às exportações mundiais (de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010), bem como a ampliação em 10% do número total de Micro e Pequenas empresas exportadoras até 2010. Dentre as ações de fomento à Internacionalização, houve a ampliação do PEIEX (alcance de atendimentos a 5.000 empresas ao fim de 2009).

As duas Políticas Industriais acima descritas convergem ao que propõe o Paradigma Logístico não só em relação ao esforço evidente de garantir maior inserção internacional do país como estratégia de desenvolvimento. A PITCE e a PDP correlacionam-se ao referido Paradigma por materializarem, no processo de implementação de ambas, a participação de elemento chave do Estado Logístico: a Sociedade Civil. Em 2003, é criado o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão de discussão estratégica e aconselhamento composto por ministros, industriais e sindicalistas; bem como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), serviço social autônomo que exerce o papel de

⁸ O termo designa o percentual da participação brasileira no comércio internacional.

coordenar, monitorar e executar as ações propostas na PITCE e PDP. A criação dessas duas entidades possibilitou o aumento da “coordenação intragovernamental e a interlocução com a indústria, o que é fundamental numa política na qual o Estado não interfere diretamente na produção, mas busca incentivar posturas e ações da iniciativa privada.” (ABDI, 2006, p. 11).

4. Conclusão

O presente artigo dedicou-se a apresentar reflexão teórica acerca do Paradigma brasileiro de inserção internacional do Estado Logístico considerando o que determina o conceito de Internacionalização proposto por Johanson e Vahlne (1977).

Tendo em conta as mudanças estruturais ocorridas no Sistema Internacional a partir da década de 1980 em razão da globalização, os Estados Nacionais foram impelidos a abrir suas economias a fim de integrá-las ao comércio internacional e, dessa forma, nortear o desenvolvimento doméstico.

Nos anos 1990, em convergência com toda a América Latina, viu-se no Brasil a adoção do que propunha o Consenso de Washington: a diminuição do papel do estado e a adoção do livre-comércio e de práticas neoliberais. Este modelo de inserção internacional denomina-se Paradigma Normal (CERVO, 2008). Contudo, a abertura econômica indiscriminada provocou a vulnerabilidade externa do país e o enfraquecimento do setor industrial, tendo em conta, entre outros fatores, o constrangimento da produção doméstica em razão da massiva entrada de mercadorias importadas no Brasil motivada pela redução de tarifas de importação. (CANO; SILVA, 2010).

Nesse contexto, a Internacionalização empresarial surge como estratégia acessória de fortalecimento da economia. Este processo é identificado no cerne do que propõe o modelo de inserção internacional brasileiro do início do século XXI: o Paradigma do Estado Logístico. Tendo como principal premissa o reforço do “núcleo econômico duro nacional, de modo a alça-lo em termos comparativos ao núcleo forte de nações avançadas e a abrir caminho a sua internacionalização” (CERVO, 2008), o Paradigma em questão pauta-se por uma noção de complementaridade entre os benefícios logrados a partir da liberalização comercial e de uma ingerência estatal concreta.

No esforço de tornar explícito a importância do Processo de Internacionalização de empresas dentro do que abrange o Paradigma Logístico, faz-se referência às duas Políticas Industriais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva: a Política

Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior e a Política de Desenvolvimento produtivo. Estas materializam os preceitos do Estado Logístico tendo em conta o papel precípua que assume o estímulo ao comércio exterior no escopo dos planos de ação de ambas, bem como o fomento à internacionalização de empresas por meio de programas como o Projeto de Extensão Industrial Exportadora.

Dessa forma, fazendo menção as políticas econômicas brasileiras recentes, é respaldada a correlação existente entre o Processo de Internacionalização e o Paradigma do Estado Logístico. O vínculo entre estes se dá pelo objetivo compartilhado de fomento da competitividade e desenvolvimento doméstico via inserção internacional do setor privado. Ainda, o processo de Internacionalização relaciona-se ao Paradigma Logístico por ser operacionalizado por entidades da sociedade civil, ator precípua para a promoção do desenvolvimento nacional e estratégico por respaldar os mecanismos de apoio à vinculação do país às cadeias comerciais do Sistema Internacional.

5. Bibliografia

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Relatório de Macrometas: Política de Desenvolvimento Produtivo*. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/macrometas%20pdp.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2013.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior. *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo federal (PITCE): balanço e perspectivas*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1272980896.pdf>. Acesso em: 5 de ago. 2013.

BUENO, Ironildes. *Paradiplomacia Econômica*. Brasília. Verdana, 2012.

CANO, W; SILVA, A. L; Política Industrial do Governo Lula. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das Transnacionais Brasileiras 2012: Os benefícios da internacionalização*. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/2012/ranking_transnacionais_brasileiras2012.pdf>. Acesso em 5 de ago. 2013.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J.E. *The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments*. Journal of International Business Studies, v.8, p.23-32, 1997.

McDOUGALL, P. P; OVIATT, B. M. *Toward a Theory of International New Ventures*. Journal of Business Studies. Vol. 25, n. 1, 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 21, n. 1, abr, 1991.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A Reforma do estado dos anos 1990: lógica e mecanismos de controle*. Cadernos MARE da Reforma do Estado, vol. 1, 1997.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA. *Internacionalização das Empresas Brasileiras*. São Paulo: Clio, 2007.

